

Cresce dependência do Bolsa Família

Cidades estão mais dependentes do programa social devido à queda nos repasses federais

A queda nas transferências federais tem deixado os municípios cada vez mais dependentes do Bolsa Família. De 2008 para cá, a proporção de recursos do programa social em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) - principal fonte de renda das prefeituras - subiu de 25% para 40%, segundo levantamento feito pelo Estadão Dados.

Em várias cidades, o percentual supera os 100%, como é o caso dos nordestinos Icó (CE) e Riachão das Neves (BA). Em oito anos, o número de municípios nessa situação - na qual a renda do Bolsa Família passou a bater o FPM - subiu de 7 para 187. O repasse do Bolsa Família - criado em 2003 no governo Lula - é feito diretamente para a população, enquanto o FPM vai para a conta das prefeituras para custear despesas e fazer investimentos em serviços públicos e infraestrutura local.

Entre 2008 e novembro de 2016, a renda do Bolsa Família cresceu 140% (de R\$ 10 bilhões para R\$ 26 bilhões) enquanto o FPM subiu 53% (de R\$ 42 bilhões para R\$ 64 bilhões), segundo o levantamento. Na avaliação de espe-

cialistas, a dependência das prefeituras do fundo é uma situação difícil de ser resolvida, sobretudo em municípios menores. "Em pequenas cidades do interior, o prefeito tem um contato muito próximo com a comunidade, então ele não quer ter o desgaste político de cobrar impostos como IPTU ou ISS, e se acomoda com os recursos do Fundo de Participação dos Municípios", diz o coordenador do Laboratório de Estudos da Pobreza da Universidade Federal do Ceará (UFC), João Mário França.

Apesar do baixo impacto em termos de arrecadação, os repasses do Bolsa Família têm evitado que as cidades entrem em colapso financeiro. Especialistas afirmam que o dinheiro distribuído entre a população de baixa renda, embora seja pouco para cada beneficiário, ajuda a movimentar a economia local. O economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, lembra que o Bolsa Família é o programa que tem o maior efeito multiplicador sobre a economia. "Para cada R\$ 1 de repasse, o PIB (Produto Interno Bruto) cresce R\$ 1,78", destaca ele, lembrando que o orçamento do Bolsa Família re-



Repasses têm evitado que as cidades entrem em colapso

presenta entre 0,3% e 0,5% do PIB nacional. "É um programa bem focalizado e, por isso, faz a roda girar".

O pesquisador João Mário França tem opinião semelhante. "O dinheiro que entra pelo Bolsa Família de certa forma dinamiza o comércio local, conseguindo preservar o nível de empregos e evitando que essas cidades entrem em uma recessão mais profunda". Na avaliação dele, o Bolsa Família funciona como um "colchão" num período de recessão.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios,

Paulo Ziulkoski, reclama do custo da manutenção dos programas sociais, que recaem sobre as prefeituras. "O governo cria, mas não sustenta o projeto". Segundo ele, as prefeituras têm de fazer o cadastro dos beneficiários, acompanhar o cumprimento das vacinas das crianças pelas famílias, verificar a renda e fazer toda fiscalização. "O governo repassa um valor irrisório para cobrir as despesas e as prefeituras têm de completar com os recursos do FPM, cujo orçamento tem sido imprevisível". (**Agência Estado**)